

Sérgio Matos  
FLUP - CLUP

## Sobre algumas propriedades semânticas e pragmáticas de *DEPOIS*\*

### 1. Introdução

O estudo do tempo sempre foi um tema forte da descrição linguística, suscitador de vasta produção bibliográfica sob as mais diversas perspectivas, seja no quadro dos estudos provenientes da tradição gramatical<sup>1</sup>, seja no âmbito da análise estruturalista e textual, incluindo a análise de discurso (que assumem um conjunto de pressupostos teóricos como os desenvolvidos por Benveniste 1966 e Weinrich 1973), seja ainda na perspectiva referencial da semântica formal, que, curiosamente, vai recuperar algumas propostas da tradição gramatical<sup>2</sup>. Os estudos de orientação referencialista, que se revelaram indubitavelmente os mais produtivos na descrição e explicação das questões associadas ao tempo e ao aspecto, foram agregando à sua perspectiva teórica, inicialmente mais filosófica e formalista (no sentido lógico-matemático), uma sensibilidade cognitivista (como o influente estudo de Kamp & Reyle 1993<sup>3</sup>) e, mais recentemente, pragmática no que respeita ao estudo do tempo linguístico, de que são bom exemplo alguns trabalhos elaborados a partir dos pressupostos da Teoria da Relevância (Sperber & Wilson 1986/1995; Wilson & Sperber 1993; Moeschler 1998).

Que contributos pode, em conjugação com o que é hoje já considerado adquirido pelos estudos semânticos, uma perspectiva pragmática trazer ao estudo do tempo lin-

---

\* Ao Professor Mário Vilela, a minha homenagem, gratidão e amizade de sempre.

<sup>1</sup> Para o Português, cf. por exemplo as reflexões em muitos casos surpreendentes de Soares Barbosa (Barbosa, J. S. [1871]: *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza ou Principios da Grammatica Geral Applicados à nossa Linguagem*, 5ª ed., Lisboa, Academia Real das Sciencias) a respeito dos tempos do verbo, dos "tempos de existência" do verbo e dos próprios advérbios; ou, para o Francês, as elaboradas descrições de Damourette & Pichon (1991/1936).

<sup>2</sup> A este respeito, cf. os interessantes trabalhos críticos de L. de Saussure (1998), «L'approche référentielle: de Beauzée à Reichenbach» e de L. de Saussure & B. Stathioul (1998), «L'approche psychologique: Damourette et Pichon », ambos incluídos em Moeschler, J. et al. (1998), pp. 9-44 e 67-85, respectivamente. Há, de facto, dois aspectos principais na perspectiva da tradição gramatical que são hoje particularmente relevantes: num plano geral, esta perspectiva contém em si as premissas de uma abordagem procedural e (pré-)cognitivista da linguagem; no que diz especificamente respeito ao tempo, designadamente aos tempos gramaticais do verbo e às expressões adverbiais de tempo, constata a sua polifuncionalidade mas propõe uma significação de base a partir da qual se torna possível explicar usos ou empregos derivados.

guístico? Queremos aqui referir dois, que em particular foram postos em evidência pela já citada Teoria da Relevância. Em primeiro lugar, um entendimento explícito de que a referência linguística é por princípio subdeterminada, carecendo sistematicamente de enriquecimento da forma lógica (representação fonológica-sintáctica-semântica) da frase, realizado com recurso a inferências derivadas contextualmente. Torna-se pois necessária uma teoria pragmática (isto é, não linguística, na medida em que não se baseia em unidades do código) que complete a descrição linguística. Aplicando este princípio geral ao estudo do tempo, iremos neste estudo partir do princípio de que a significação-base dos tempos do verbo e dos adverbiais de tempo (referimo-nos, em particular, aos que, como *depois*, apresentam polissemia ou polifuncionalidade) é de natureza semântica e que os diversos valores derivados contextualmente a partir do núcleo semântico de base são de natureza pragmática. Em segundo lugar, a perspectiva pragmática deu um estatuto teórico à distinção entre conteúdo *conceptual* e conteúdo *procedural*, que se revela produtiva em muitos domínios tradicionalmente tratados pela semântica linguística, mas que relevam também, em alguns casos, exclusivamente, da dimensão procedural e não da conceptual<sup>4</sup>. É o caso do processo de atribuição de referência às expressões linguísticas em geral e da atribuição da referência temporal em particular. O processo de atribuição de referência é concebido como não apenas consistindo na interpretação linguística em sentido estrito (isto é, na atribuição de uma forma lógica ao enunciado), mas também como o enriquecimento dessa forma lógica inicial de modo a obter uma representação proposicional completa, mediante o recurso a instruções, veiculadas, por exemplo, pelos conectores ou pelos tempos verbais, que activam processos centrais do pensamento (designadamente os de natureza inferencial) que interagem sobre dados do contexto. Este valor procedural assim perspectivado tem demonstrado ser um conceito teórico-descritivo importante para a descrição dos mecanismos da referência temporal, explicando a uma nova luz o funcionamento dos tempos verbais e dos adverbiais de tempo.

É neste quadro teórico que nos parece ser adequado descrever os diversos usos de certos advérbios de tempo, como é o caso de *depois*, que surge como bom candidato à aplicação dos princípios atrás enunciados. Pertence ao conjunto dos advérbios de tempo mais frequentes, de acordo com o estudo estatístico que fizemos de um ‘corpus’ (Matos 1999), surgindo em segunda posição num grupo de que fazem parte outros advérbios como *já, agora, ainda e então*. Podemos supor que, tal como estes últimos, a elevada frequência do emprego de *depois* seja proporcional à sua polifuncionalidade. Mais do que inventariar os vários usos de *depois*, no entanto, iremos neste trabalho procurar definir algumas propriedades que configuram a significação básica deste advérbio<sup>5</sup>, a partir das quais julgamos ser possível, em estudos posteriores, analisar de forma integrada<sup>6</sup> a diversidade dos seus usos.

<sup>3</sup> Para exemplos de aplicação ao Português, cf. Oliveira (1991) e Matos (1999).

<sup>4</sup> O conceito operatório de *significado procedural* não é originalidade da Teoria da Relevância. Veja-se, por exemplo, como já Anscombe & Ducrot (1983) utilizam o conceito de “instrução” num sentido muito próximo.

<sup>5</sup> Por razões de simplificação de análise, ignoraremos aqui questões morfosintáticas relativas à definição rigorosa do estatuto gramatical de *depois*. Não abordaremos as construções preposicionais *depois de SN* ou *depois que F* considerando apenas os casos em que *depois*, como advérbio, exerce uma função conectora em sequências do tipo F1 *depois* F2.

<sup>6</sup> Embora sem definir rigorosamente o enquadramento teórico que aqui adoptamos, elaborámos já

## 2. Depois e a ordem temporal

Um elemento essencial para a descrição da significação de *depois* tem obviamente a ver com a noção de sequencialização temporal: “e1 depois e2” implica que e1 preceda necessariamente e2. Note-se que este valor é *prima facie* de natureza anafórica e não dêictica; isto é, *depois* opera no eixo temporal da anterioridade / posterioridade e não no do passado / futuro. O único contexto, ainda assim discutível, em que poderemos atribuir-lhe interpretação dêictica ocorre quando *depois* se torna equivalente aproximado de *mais tarde*, isto é, quando se verifica a relação “t0 depois e1”<sup>7</sup>.

Em princípio, esta ordenação pode ser realizada, por defeito, sem o advérbio:

(1) O Rui entrou em casa. Dirigi-se à cozinha.

(1') O Rui entrou em casa. {Depois + seguidamente} dirigi-se à cozinha.

No entanto, a ausência do advérbio gera mais possibilidades de leitura, como se pode observar pelo contraste que se verifica nos seguintes pares de frases (colocamos a par de *depois* o advérbio *seguidamente*, de forma a tornar mais claro o valor de sequencialização dos enunciados conectados)<sup>8</sup>:

(2) O Rui caiu. O Pedro empurrou-o.

(2') O Rui caiu. {Depois + seguidamente} o Pedro empurrou-o.

(2'') O Rui trabalha demais. Depois queixa-se da saúde.

Em (2) temos exemplificada uma relação de inversão temporal (cf. Moeschler 1996), que gera frequentemente uma leitura causal; isto é, e2 não só precede como é causa de e1. Sublinhe-se que quer a relação de inversão temporal quer, sobretudo, a causal, são obtidas por inferência, uma vez que não são constitutivas da forma lógica das frases, sendo a relação temporal uma explicitação ou explicatura e a interpretação causal uma implicação ou implicatura. Esta coincidência de inversão temporal e causalidade pode ser definida nos seguintes termos:

(i) F1 < F2

(ii) [inferência:] e2 < e1

(iii) [inferência:] e1 CAUSA e2

Com *depois* este tipo de configuração não é possível, uma vez que, como em (2'), a imposição de sucessividade temporal – propriedade semântica do conector – bloqueia a leitura causal. Note-se, no entanto, que *depois* permite inferir, por implicatura, a relação causal, como no exemplo (2''), mas sem inversão temporal: e1 tem de preceder e2 para poder ser interpretado como causa de e2. Isto é, *depois* apenas permite a configuração seguinte<sup>9</sup>:

tentativas de descrição de outros advérbios que, no essencial, vão no mesmo sentido (cf. Matos 1988, Matos 1999: 448 ss, Matos 2003), designadamente ao proporem a distinção significado-base / usos derivados e um tratamento unificado dessa diversidade de valores a partir do significado nuclear.

<sup>7</sup> Como em: *Vens depois a minha casa?* Ainda assim, seria necessário verificar se não existe um marco de referência dado contextualmente que permita o estabelecimento de uma relação anafórica.

<sup>8</sup> Exemplos adaptados de Kozłowska (1996: 254)

<sup>9</sup> Note-se que o tempo do verbo, neste exemplo, é o Presente Indicativo. Se, à semelhança de (2) e (2'), usássemos o Pretérito Perfeito Simples em F1 e F2, a frase seria inaceitável. Só com o Presente em F2 é aceitável – questão que certamente se prende com a estrutura aspectual das eventualidades conectadas e que requer um esclarecimento.

- (i)  $F1 < F2$
- (ii)  $e1 < e2$
- (iii) [inferência:]  $e1$  CAUSA  $e2$

Observem-se agora as seguintes sequências:

- (3) O Rui falou na conferência em Português. A Maria interpretou-o para Inglês.
- (3') O Rui falou na conferência em Português. {Depois + seguidamente} a Maria interpretou-o para Inglês.
- (4) O Rui escreveu uma carta ao patrão. Despediu-se do emprego.
- (4') O Rui escreveu uma carta ao patrão. {Depois + seguidamente} despediu-se do emprego.
- (5) O Rui escreveu uma carta. Telefonou à namorada.
- (5') O Rui escreveu uma carta. {Depois + seguidamente} telefonou à namorada.

Em (3) é possível obter duas interpretações: a leitura da sucessividade temporal mas também a da sobreposição temporal (parcial), uma vez que o intervalo relativo a “Rui falar” se pode entender como temporalmente sobreposto a “ouvir as notícias do dia”. Mais uma vez, apenas a primeira leitura é possível com o advérbio presente na sequência. O mesmo sucede com o par de frases (4) e (4'), sendo ambas as leituras permitidas para (4) e apenas a primeira para (4'); no entanto, o contexto levará facilmente o alocutário a optar pela segunda interpretação, entendendo  $e2$  como uma elaboração de  $e1$ , e, por consequência, ocupando temporalmente o mesmo intervalo. Em (5) temos uma indeterminação na ordem temporal, nada havendo no contexto que nos obrigue a optar por determinada sequência. Em (5'), mais uma vez só a leitura sequencial é permitida. Nestes casos, *depois* apenas orienta o alocutário a optar por uma das duas leituras possíveis da sequência, mas pode haver casos em que, sendo a inferência causal uma implicatura forte (Sperber & Wilson 1986/1995) e impondo-se como a interpretação mais plausível, a presença do advérbio se torne inaceitável:

- (5) O Rui é estrangeiro. Não pode votar nestas eleições.
- (6') O Rui é estrangeiro. {Depois + seguidamente} não pode votar nestas eleições.

Uma vez que a propriedade da sequencialização obriga *depois* ao avanço da narração, algumas combinatórias de tempos gramaticais do verbo são naturais e outras interditas. Alguns exemplos:

- (i) Pretérito Mais-que-Perfeito (MQP) *depois* Pretérito Perfeito Simples (PPS).  
Ex: *O Rui entrara/tinha entrado em casa. Depois o telefone tocou.*
- (ii) PPS *depois* MQP  
Ex: \* *O telefone tocou. Depois o Rui entrara/tinha entrado em casa.*

Note-se que, sem a presença do advérbio, a sequência é possível, levando a uma leitura de inversão temporal. A esta interpretação é frequentemente associada uma leitura causal:

- Ex: *O alarme do carro tocou. Um ladrão tinha partido o vidro da frente.*
- (iii) PPS *depois* Condicional Presente (COND)  
Ex: *O Rui licenciou-se em Economia. Depois tiraria um MBA em Londres.*

(iv) \* COND *depois* PPS

Ex: \* *O Rui licenciar-se-ia em Economia. Depois tirou um MBA em Londres.*

(v) Futuro Perfeito (FUT PERF) *depois* Futuro (FUT)

Ex: *Em 2005 o Rui ter-se-á licenciado em Economia. Depois tirará um MBA em Londres.*<sup>10</sup>

(vi) \* FUT *depois* FUT PERF

Ex: \* *Em 2005 o Rui licenciar-se-á em Economia. Depois terá tirado um MBA em Londres.*

Podemos pois concluir que uma das propriedades básicas da significação procedural de *depois*, partilhada com outros advérbios de tempo como *seguidamente*, é a de impor rigidamente uma ordenação ou sequência temporal aos enunciados que conecta, eliminando ou diminuindo ambiguidades na interpretação dos enunciados, nomeadamente nos casos em que pode haver leitura causal obrigatória ou alternativa. Isto é, tal como os conectores em geral, *depois* facilita ou guia o alocutário no processo heurístico, diminuindo significativamente o esforço da interpretação da sequência dos enunciados conectados (cf. Blakemore 1987, Luscher 1994). Desde que mantendo o princípio da sequência temporal, pode no entanto permitir, por implicatura, o estabelecimento de outros valores, entre os quais nexos de causalidade.

### 3. Depois e a coerência temporal

A condição descrita na secção anterior não basta para descrever o uso de *depois*, uma vez que este advérbio não pode sequenciar qualquer tipo de eventualidade. Iremos a seguir observar que algumas restrições impostas por *depois* têm directamente a ver com exigências de coerência, ou, mais propriamente, da coerência temporal do discurso.

É necessário distinguir entre ordenação temporal, tal que e1 precede e2, e sequencialização estrita de intervalos de tempo, tal que, de modo informal, entre e1 e e2 não exista um e<sub>i</sub>. *Depois* não impõe necessariamente esta última relação temporal, como se pode verificar no seguinte exemplo:

(7) O Rui almoçou no Ateneu. Depois foi para o escritório. Antes visitou o pai.

A ordenação estrita pode ser dada através da anteposição de *logo*:

(7) O Rui almoçou no Ateneu. Logo depois foi para o escritório.?? Antes visitou o pai.

Neste aspecto, *depois* distingue-se de outros advérbios que estabelecem ordenação temporal estrita, como *a seguir / em seguida / de seguida / seguidamente*, que impõem uma sequencialização forte dos eventos:

(8) O embaixador foi recebido no aeroporto. Seguidamente, visitou o Parlamento.?? Antes cumprimentou o ministro.

No entanto, se *depois* não impõe esta ordenação estrita dos intervalos de tempo denotados por e1 e e2, por outro lado exige a vizinhança desses intervalos. Mais precisamente, pelo menos a fronteira inicial do intervalo de tempo denotado por e2 deve

<sup>10</sup> Graças à plasticidade do PRES, este enunciado é equivalente a: *Em 2005 o Rui licencia-se em Economia. Depois tira um MBA em Londres*

pertencer à vizinhança topológica da fronteira final do intervalo de tempo denotado por e1. Daí ser dificilmente interpretável:

(9) ?? O Michel nasceu no Porto. Depois trabalhou numa empresa em Paris.

Note-se, no entanto, que a avaliação dessa vizinhança, isto é, a medida da distância entre a fronteira final de e1 e a fronteira inicial de e2<sup>11</sup>, é de natureza eminentemente pragmática. De facto, desde que devidamente contextualizada, a mesma sequência de enunciados que em (9) é inaceitável poderá receber uma interpretação no contexto de (9’):

(9’) Sempre pensei que o Michel fosse francês [e1]. O Michel nasceu no Porto [e2]. Depois trabalhou numa empresa em Paris [e3]. Por isso muitos acham que ele é francês [e4].

Convém sublinhar que, neste caso, não estamos, do ponto de vista discursivo, perante uma narração pura, mas perante uma *explicação* (e1-e4) a que é associada, secundariamente, uma narração (e2-e3), cuja função é a de proporcionar uma explicação para o facto de muitos, incluindo o falante, pensarem que “Michel é francês”, sendo ele de facto português. Os factos da vida de João que neste contexto são relevantes são, por um lado, o de ter nascido no Porto, o que torna inquestionável a sua nacionalidade portuguesa, e, por outro, o de ter trabalhado em Paris, o que explica a ideia generalizada sobre a sua suposta nacionalidade francesa.

Podemos assim concluir que, por um lado, a atribuição da propriedade de vizinhança topológica aos intervalos faz parte do significado-base do advérbio; por outro, a avaliação dessa relação não pode ser imputada exclusivamente à dimensão semântica, resultando de uma explicitação feita, por inferência, a partir de dados do contexto, em que se inclui o tipo de relação discursiva em presença. Tal como sucede frequentemente com expressões que implicam medida temporal, o que conta para a interpretação não é o tempo objectivo mas a relevância pragmática desse tempo. Assim, *depois* impõe à interpretação desta sequência não uma necessária contiguidade temporal dos intervalos relativos a e2 e e3, mas a relevância da sua ordenação no contexto. Por isso pode ser inferido, a partir de (9’), que entre e2 e e3 não há qualquer eventualidade *relevante* para a explicação do facto de muitos pensarem que Michel é francês, sendo ele de facto português.

Observem-se agora os exemplos seguintes:

(10) O Rui licenciou-se. Depois tirou um MBA na Inglaterra.

(10’) O Rui licenciou-se. Depois casou com a Manuela.

(10’’) \* O Rui foi ao cinema. Depois tirou um MBA na Inglaterra.

(11) \* O Rui tirou um MBA na Inglaterra. Depois foi ao cinema.

(11’) O Rui tirou um MBA. Depois casou com a Manuela.

(11’’) O Rui juntou com a Maria. Depois foi ao cinema.

Por que são todas estas sequências bem formadas excepto (10’’) e (11)? Em (10), (10’) e (11’) é possível construir uma interpretação em que os eventos e1 e e2 são com-

<sup>11</sup> Esta medição de distância é graduável, por oposição a advérbios, como *seguidamente*, que noutros contextos têm o mesmo funcionamento de *depois* : e1 (*muito + pouco*) *depois* / \* *seguidamente* e2.

patíveis numa sequência de acontecimentos importantes da vida de Rui. Igualmente (11'') ilustra uma sequência aceitável de factos relevantes ocorridos num dia da vida de Rui. Não é no entanto possível estabelecer um nexos dessa natureza entre “ir ao cinema” e “tirar um MBA na Inglaterra”. Isto é, não há coerência entre estes enunciados; mais propriamente, não há coerência temporal. Segundo Lascarides e Oberlander (1993: 5), um texto é temporalmente coerente se o destinatário pode inferir que se verifica pelo menos uma relação do conjunto C entre as eventualidades descritas nas frases. É a ausência da possibilidade dessa inferência que torna improvável construir uma interpretação para as sequências (10'') e (11).

Essa coerência temporal pode ser mais restritiva se for condicionada por uma determinada relação discursiva, como a narração, o plano de fundo, a explicação, o resultado ou a elaboração (cf. Lascarides e Oberlander 1993, Lascarides e Asher 1993). No entanto, parece-nos que dificilmente a coerência temporal pode ser reduzida à semântica discursiva em sentido estrito. Concordamos a este propósito com Moeschler (1996: 318, tradução nossa), que vê vantagens numa análise do discurso entendida como «um processo de formação e de confirmação de hipóteses *globais*, que relevam não da intencionalidade local do falante ou do narrador própria de um enunciado particular, mas de uma intencionalidade global necessariamente atribuída ao discurso». Se considerarmos os exemplos (10)-(11''), podemos conceber que (cf. Sperber & Wilson, 1986/1995), para a sua interpretação, o alocutário vá formulando *hipóteses antecipatórias* que criam um determinado contexto, ainda instável, no seio do qual as interpretações finais, isto é, hipóteses globais sobre o discurso, são construídas. Essas hipóteses vão-se adicionando, sendo algumas suprimidas, outras reforçadas ou alteradas, resultando desse labor que, em larga medida, é inferencial (formulação de hipóteses e deduções) uma interpretação coerente do discurso.

Mais uma vez se verifica que o alocutário, para proceder à interpretação de sequências de enunciados como os que exemplificámos acima, necessita de recorrer a elementos não códicos, designadamente ao seu conhecimento do mundo, para enriquecer, por explicatura, a forma lógica de partida. Observe-se o exemplo seguinte:

- (12) O Rui licenciou-se. Depois inscreveu-se num MBA.
- (13) O Rui licenciou-se. Depois foi ao cinema.

Para tornar (13) interpretável, o alocutário tem de atribuir ao evento “o Rui licenciar-se” uma interpretação (por explicatura) diferente da que atribui a (12), de modo a acomodar o intervalo relativo a “ir ao cinema”. Em (12) o intervalo é encarado como durativo e objectivamente longo, e o alocutário interpreta a sequência como eventos relativos a factos importantes ocorridos na vida de Rui. Em (13) o segundo enunciado anula essa hipótese antecipatória, adaptando-a a um novo contexto: o que se perspectiva é a fronteira final do intervalo de tempo correspondente a e1 – coincidente, certamente, com o dia da formatura de Rui – que precede imediatamente o evento “ir ao cinema”. Está assim respeitada a condição de homogeneidade de e1 e e2 que garante coerência temporal ao discurso. Quando essa acomodação dos intervalos não se verifica, isto é, quando nenhuma hipótese antecipatória é validada pelo contexto, a sequência torna-se inaceitável, como no exemplo (11).

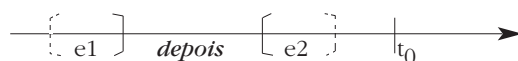
### 5. A condição da delimitação temporal das eventualidades

Não nos referimos ainda de modo explícito à dimensão aspectual das eventualidades conectadas por *depois*, mas é óbvio que ela participa do conjunto de condições que o advérbio impõe à interpretação. Começemos por afirmar, seguindo Moeschler (1996: 316), que concebemos que «la détermination de l'éventualité de l'énoncé fait partie de son explicitation, i. e. de l'enrichissement de sa forme logique». Por isso, os aspectos da significação procedural de *depois* que iremos considerar serão associados às explicaturas e implicaturas dos enunciados.

Analisemos o comportamento de *depois* com classes aspectuais, considerando a sua compatibilidade quer com estados quer com eventos. *Depois* impõe que as eventualidades sejam delimitadas ou delimitáveis<sup>12</sup>, como no exemplo (14).

(14) O Rui trabalhou em Lisboa. Depois arranhou emprego no Porto.

Em eventos durativos, esta delimitação consiste, como sugere Kozłowska (1996: 252), pelo menos no fechamento do intervalo à direita em e1 e à esquerda em e2.



A sequencialização de estados não faseáveis<sup>13</sup> é, em princípio, interdita pela natureza temporalmente não delimitável destes predicados estativos, como se pode observar na seguinte sequência:

(15) ?? O Rui é bem parecido. Seguidamente, é rico.

No entanto, podemos atribuir a (15') uma interpretação:

(15') O Rui é bem parecido. Depois, é rico.

O que sucede é que a interpretação de (15') não é temporal, pelo que não podemos concluir que *depois* permita a sequência estado/estado. *Depois* adquire um valor não temporal, exigindo uma leitura não narrativa da sequência; neste caso, *depois* introduz e2 como um *argumento adicional* a e1, (co)orientado no sentido da inferência, por exemplo, de que “Rui é um bom partido”. Vemos, assim, que a interpretação é processada segundo um algoritmo que prevê, em primeiro lugar, a interpretação temporal; não sendo esta possível, o alocutário passa a atribuir ao enunciado uma interpretação não temporal, de natureza argumentativa, possibilitando o processamento de inferências de natureza pragmática (implicaturas). Esta estratégia de interpretação não difere, afinal, da que é utilizada, por exemplo, na transição da leitura literal à não literal de um enunciado, como no exemplo a seguir:

(16) Amanhã tragam o Saramago para a aula.

Na impossibilidade, neste caso de ordem exclusivamente pragmática, de associar ao nome próprio “Saramago” o referente “o-escritor-chamado-Saramago”, interpretação por defeito do enunciado, o alocutário adopta uma estratégia de interpretação não literal (metonímica) de (16).

<sup>12</sup> “Delimitação” no sentido correspondente a *bornage* e *boundness*, na literatura sobre referência temporal, em língua francesa e inglesa, respectivamente.

<sup>13</sup> Adoptamos aqui as propostas de Cunha (2004).



Podemos assim concluir que, em uso não temporal, fica neutralizada a condição da delimitação do intervalo? Não propriamente, pois verifica-se na interpretação não temporal de sequências de estados uma característica interessante. Observe-se a seguinte sequência, em que encontramos um uso não temporal de *depois* conectando dois estados:

(17) Os colegas de trabalho convidaram o Rui para ir ao cinema. O Rui estava cansado [e1]. Depois / \* seguidamente, aborrecia-o ocupar a noite com os colegas [e2]. Decidiu arranjar uma boa desculpa.

Tal como o previsto, o facto de e1 e e2 serem estados bloqueia a interpretação temporal da sequência “e1 *depois* e2”, como se confirma pela inaceitabilidade de *seguidamente*. É activada a leitura não temporal, conducente a uma interpretação de tipo argumentativo, em que e2 surge como um argumento *adicionado* a e1<sup>14</sup>. O que é curioso observar é que a adição de e2 a e1 implica o atingir e ultrapassar uma fronteira – no caso de (17), por exemplo, a fronteira do “tolerável” ou do “interessante para o Rui ocupar os seus tempos livres”: “o Rui estar cansado” (e1) não seria suficiente para “arranjar uma boa desculpa”, mas o facto de que, além disso, “o aborrecia ocupar a noite com os colegas”(e2) é interpretado como tendo ultrapassado um limite. Isto é, *depois* acaba por impor uma delimitação, sendo embora essa fronteira estabelecida no contexto de uma escala argumentativa e não temporal. Esta homologia possibilita um tratamento integrado dos valores temporais e não temporais de *depois*, bem como permite explicar a transição de usos pragmáticos, designadamente argumentativos, *a partir* dos valores temporais, algo que podemos considerar uma extensão metafórica do significado-base ou metassemia<sup>15</sup>.

Com sequências de estados faseáveis e eventos não há restrições combinatórias, uma vez que os eventos ou são inerentemente delimitados, no caso dos tólicos, ou são delimitáveis externamente, no caso dos estados faseáveis e dos processos ou actividades. É o caso da combinatória homogénea de eventos tólicos ou atólicos:

(18) O Rui telefonou ao pai. Depois preparou o jantar. [+tólico / +tólico]

(19) O Rui conversou com o pai. Depois viu televisão. [-tólico / -tólico]

Mas é igualmente possível combinar eventos tólicos com eventos atólicos:

(20) O Rui viu televisão. Depois leu um jornal. [-tólico / +tólico]

(21) Rui leu um jornal. Depois viu televisão. [+tólico / -tólico]

Tal como previsto, *depois* apenas obriga a que os intervalos de tempo denotados por e1 sejam fechados à direita e de e2 fechados à esquerda. Vejam-se os exemplos:

(22) \* O Rui está a enriquecer. Depois comprará um iate.

(23) \* O Rui comprou um iate. Depois é rico.

Apesar de respeitarem a condição da sequência temporal (e1 < e2), em (22) a fronteira direita de e1 é aberta e em (23) o intervalo de e1 é aberto à esquerda, impossi-

<sup>14</sup> Em muitos contextos, e2 pode ser apresentado como argumento *mais forte* do que e1, gerando um valor argumentativo escalar.

<sup>15</sup> Cf. Pottier, B. (1992) : *Sémantique Générale*, PUF, Paris, 1992.

bilitando a interpretação temporal. Nos casos em que é possível estabelecer um nexo interpretativo, o valor de *depois* é não temporal:

(24) O Rui comprou um carro novo. Depois anda sempre aflito.

O intervalo de *e2* é aberto à esquerda, tornando inaceitável a leitura temporal; no entanto é dada uma interpretação à sequência, mas neste caso estamos perante uma relação de causalidade, que leva a interpretar *e1* como causa (ou pelo menos parte dela) de *e2*.

### 6. Conclusões

Procurámos neste trabalho iniciar a descrição da significação de *depois*, exclusivamente em sequências onde surge como conector. Identificámos algumas restrições de uso em sequências “*e1* depois *e2*”, a partir das quais é possível descrever propriedades temporais e aspectuais do seu significado, tais como a condição da ordem temporal, em que *e1* tem de preceder temporalmente *e2* e a condição da vizinhança topológica dos intervalos denotados em *e1* e *e2*. Verificámos seguidamente que apenas podem ser conectados por *depois* intervalos fechados à direita (em F1) e fechados à esquerda (em F2), ficando assim explicada a inaceitabilidade de eventualidades que denotam intervalos com uma estrutura temporal diferentes, como os estados.

Deste estudo queremos reter dois aspectos fundamentais. Por um lado, o tipo de abordagem que aqui propomos das propriedades temporais-aspectuais de *depois* permite alargar a descrição aos usos não temporais deste advérbio, como os argumentativos, de forma unificada e integrada. Por outro lado, assinala a dimensão pragmática que é necessário levar em consideração na significação de sequências de enunciados conectados por *depois*, aspecto central que nos parece generalizável à interpretação da referência temporal no discurso.

**BIBLIOGRAFIA**

- ANSCOMBRE, J.-C. e DUCROT, O. (1983), *L'argumentation dans la langue*, Bruxelles, P. Mardaga.
- BENVENISTE, E. (1966), «Les relations de temps dans le verbe français», in *Problèmes de linguistique générale*, Paris, Gallimard, pp. 237-250.
- BLAKEMORE, D. (1987), *Semantic Constraints on Relevance*, Oxford, Basil Blackwell.
- CUNHA, L. F. (2004), *Semântica das predicções estativas. Para uma caracterização aspectual dos estados*, Tese de doutoramento, FLUP, Porto.
- DAMOURETTE, J. e PICHON, E. (1991/1936), *Des mots à la pensée. Essai de grammaire de la langue française*, Paris, d'Artrey.
- KAMP, H. e REYLE, U. (1993), *From Discourse to Logic. Introduction to Modeltheoretic Semantics of Natural Language, Formal Logic and Discourse Representation Theory*, Dordrecht, Kluwer.
- LASCARIDES, A. e ASHER, N. (1993), «Temporal interpretation, discourse relations and commonsense entailment», *Linguistics and Philosophy*, 16, pp. 437-493.
- LASCARIDES, A. e OBERLANDER, J. (1993), «Temporal coherence and defeasible knowledge», *Theoretical Linguistics*, 19/1, pp. 1-37.
- LUSCHER, J. M. (1994), «Les marques de connexion: des guides pour l'interprétation», in Moeschler J. et al., *Langage et pertinence. Référence temporelle, anaphore, connecteurs et métaphore*, Nancy, Presses Universitaires de Nancy, pp. 175-227.
- MATOS, S. (1988), «Agora: da 'deixis' temporal à argumentação», in *Revista da Faculdade de Letras do Porto*, vol. V.
- MATOS, S. (1997), «Usos não temporais de operadores de tempo e aspecto», in *Sentido que a vida faz: estudos para Óscar Lopes*, Porto, Campo das Letras, pp. 719-732.
- MATOS, S. (1989), *Adverbiais de tempo em português contemporâneo: forma e significação*, Porto, 1999.
- MATOS, S. (2005), «Interpretações temporais e não-temporais de *sempre*: para uma descrição integrada», in *Actas do Colóquio «Língua e Discurso»*, Homenagem a Joaquim Fonseca, ed. Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- MOESCHLER, J. (1996), «L'ordre temporel est-il naturel? Narration, causalité et temps verbaux», in Moeschler, J. & M.-J. Béguelin, *Référence temporelle et nominale. Actes du 3<sup>e</sup>. Cycle romand de Sciences du langage, Cluny*, Peter Lang. pp. 71-105.
- MOESCHLER, J. (1998), «Pragmatique de la référence temporelle», in Moeschler, J. et al. *Le temps des événements*, Paris, Kimé, pp. 157-180.
- MOESCHLER, J. et al. (1998), *Le temps des événements*, Paris, Kimé.
- OLIVEIRA, F. (1991), «Funções discursivas de alguns tempos do passado em português», in *Actas da Associação Portuguesa de Linguística*, pp. 165-185.
- SPERBER, D. e WILSON, D. (1986/1995), *Relevance. Communication and Cognition*, Oxford, Blackwell.
- WEINRICH, H. (1973), *Le temps. Le récit et le commentaire*, Paris, Seuil.
- WILSON, D. e SPERBER, D. (1993), «Pragmatique et temps», *Langages* 112, 8-25.

